

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA (HOSPITAL MARIA LUCINDA) é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, o adolescente, ao adulto e ao idoso, com atividade preponderante na área da Saúde. Fundada em 09/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.446 de 18/10/68, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 787 de 07/01/1963 e Municipal pela Lei 15.309 de 05/12/1990.

Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida os conselhos, curador, conselho diretor e conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superavitário, será aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ou diferente daquele que objetiva.

Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade (Contratos de Gestão):

Unidade	Local	Contrato de Gestão
Upa Caxangá	Recife – PE	003/2010 DGAJ/SES
Upa Nova Descoberta	Recife – PE	002/2011 DGAJ/SES
Hospital Regional de Palmares	Palmares – PE	003/2011 DGAJ/SES
Hospital Ermírio Coutinho	Nazaré da Mata – PE	005/2011 DGAJ/SES

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de preparação

Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.

Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

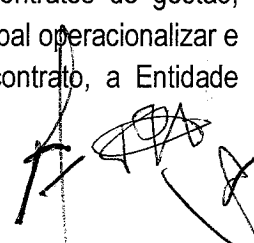
Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
- b) Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.
- c) Créditos a Receber - Os Créditos a receber de convênios são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.
- d) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- e) Fornecedores – São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

- f) Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 11.
- g) Receitas e despesas – O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.
- h) Demonstração dos fluxos de caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
- i) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.
- j) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.
- k) Patrimônio Social - É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.
- l) Superávit ou Déficit apurado pelo regime de competência do exercício;
- m) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.
- n) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses.
- o) Tributação – A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.
- p) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade



presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2016	2015
Fundo Fixo	18.700	16.200
Caixa Central	450	450
Banco Conta Movimento	1.809.418	424.940
Aplicações Financeiras	10.482.678	2.563.993
TOTAIS	12.311.246	3.005.583

As aplicações financeiras são representadas por valores em Certificados de Depósito Bancário – CDB-DI, e são remuneradas com rendimentos pós-fixados atrelados a 100% do valor da variação do CDI, podendo ser resgatados de acordo com as necessidades da Fundação.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	2016	2015
Créditos de Convênios	1.683.295	794.001
Créditos de Pacientes SUS	2.679.623	2.583.117
Créditos com hemodiálise	1.132.006	688.120
Créditos com pacientes UTI	1.495.520	1.718.561
Créditos com Secretaria, de Saúde UPA CX (*)	3.368.086	3.557.251
Créditos com Secretaria de Saúde UPA ND (*)	652.895	756.582
Créditos com Secretaria de Saúde Hospital Palmares (*)	5.742.767	8.870.159
Créditos com Secretaria de Saúde Hospital Nazaré (*)	1.751.465	1.816.189
Outras	2.547.705	2.139.944
TOTAIS	21.053.362	22.923.924

(*) Durante o exercício de 2016 o total de gastos realizados em benefício do Hospital Regional de Palmares, do Hospital Ermírio Coutinho, da UPA Caxangá e da UPA Nova Descoberta, excederam em R\$ 5.742.767, R\$ 1.751.465, R\$ 3.368.086 e R\$ 652.895, respectivamente, do total orçado e repassado pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, através do contrato de gestão firmado com a Fundação Manoel da Silva Almeida.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2016	2015
ISS a Recuperar	16.260	30.044
IRRF a Recuperar	557.699	554.678
INSS a Recuperar	132.304	135.680
PIS/Cofins/CSLL a Recuperar	29.336	29.337
PIS a Recuperar	23.016	6.061
FGTS a Recuperar	12.263	9.712
TOTAIS	770.878	765.512

7. ESTOQUES

	2016	2015
Drogas e Medicamentos	468.999	480.971
Materiais de uso do paciente	404.133	492.384
Gêneros Alimentícios	76.217	117.781
Produtos de Lavanderia	16.331	45.702
Produtos de Limpeza	24.061	25.247
Materiais de manutenção	43.153	44.952
Impressos e materiais didáticos	83.111	129.221
Materiais de laboratórios	99	70
Empréstimos Materiais Hospitalares	114.687	307.838
Materiais de Natureza Permanente	118.755	100.709
Combustíveis		20.953
Oxigênio	112.900	168.024
Ortese e Prótese	95	184
Doação Mercadorias Apreendidas RFB	265.608	490.896
TOTAIS	1.728.149	2.424.932

Os bens existentes nos estoques foram inventariados e são avaliados pelo preço médio.

8. REALIZAVEL

	2016	2015
Deposito Judicial	42.774	24.241
Outras Contas A Receber - HIML	274.584	20.774
Outras Contas A Receber - HEC	69.107	128.847
Outras Contas A Receber - HRP	93.547	93.547
Outras Contas A Receber - UPA Nova Descoberta	2.071.927	1.601.737
TOTAIS	2.551.939	1.869.146

9. IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo valor de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, segundo taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens.

Contas	2016			2015
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Edificações	10.451.503	777.434	9.674.069	8.906.677
Benfeitorias	17.028	1.362	15.666	16.347
Terrenos	38.564.893	0	38.564.893	38.564.893
Aparelhos de medicina e cirurgia	4.091.844	1.525.121	2.566.724	2.975.908
Instrumentos de medicina e cirurgia	969.861	375.878	593.983	690.969
Equipamentos de proc. de dados	180.456	104.598	75.858	108.038
Móveis e utensílios	1.200.126	347.076	853.050	940.448
Veículos	379.316	178.640	200.676	276.539
Equipamentos de fisioterapia	17.199	6.889	10.310	12.029
Equipamentos de comunicação	2.660	398	2.262	2.528
Máquinas e equipamentos	2.486.035	852.443	1.633.592	1.521.483
Totais	58.360.921	4.169.839	54.191.082	54.015.859
Imobilizado em Andamento	0	0	0	1.297.710
Total Imobilizado	58.360.921	4.169.839	54.191.082	55.313.569

10. FORNECEDORES

	2016	2015
Fornecedores de materiais e medicamentos	5.983.872	7.427.733
Fornecedores de serviços médicos - PJ	1.561.468	1.003.251
Fornecedores de serviços diversos	3.150.365	3.744.132
Fornecedores de serviços médicos - PF	1.546.222	812.467
TOTAIS	12.241.927	12.987.583

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, e aquisição de materiais médicos, hospitalares e medicamentos.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Caixa Econômica Federal	4.381.828	38.805.714	3.900.402	15.438.039
Grandes Armazéns do Recife	2.200.000	0	2.200.000	0
Outros	1.946.705	0	1.403.797	0
Encargos Financeiros a Vencer	-2.168.587	-22.632.538	-1.732.231	-6.793.314
TOTAIS	6.359.946	16.173.176	5.771.968	8.644.725

A Fundação em 2015 obteve um empréstimo junto a empresa Grandes Armazéns do Recife para quitação de algumas despesas. Em 07/12/2016 a Fundação contratou um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal com carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 114 parcelas mensais. O contrato prevê como garantia a cessão de direitos creditórios junto ao Ministério da Saúde em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2016	2015
Ordenados a Pagar	4.587.865	5.173.427
Rescisões a Pagar	183.794	204.224
Seguro de vida a Pagar	2.551	2.066
Pensão Alimentícia a Pagar	5.980	4.255
Plano de Saúde- Ideal	1.123	1.123
Férias a Pagar	136.762	101.698
Plano de Saúde- Hapvida	20.703	9.054
TOTAIS	4.938.778	5.495.847

Em 2016 houve decisões administrativas de redução de custo com pessoal próprio gerando assim uma diminuição de 10% das Obrigações Trabalhistas.

13. PROVISÕES

	2016	2015
Provisões de Férias	7.483.502	7.416.082
Provisões p/ Encargos Sociais	347.353	329.819
TOTAIS	7.830.855	7.745.901

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2016	2015
FGTS a Recolher	691.085	611.327
FGTS a Recolher (Parcelamento)	2.713.831	2.617.326
FGTS Passivo	95.689	91.070
INSS a Recolher	1.129.183	1.229.968
PIS a Recolher	84.241	107.151
PIS Parcelamento	37.104	26.859
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	426.014	308.708
INSS Parcelamento	174.874	166.644
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento)	50.087	46.316
TOTAIS	5.402.108	5.205.369

No exercício de 2013 a Fundação assinou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento do FGTS no montante de R\$ 4.571.165,36, referentes às competências de 02/2012 a 02/2013. Em 2016 o Hospital Ermírio Coutinho também assinou um Termo de Confissão de Dívida no valor de R\$ 400.470,07 referente às competências de 12/2015 a 04/2016.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2016	2015
ISS na Fonte a Recolher	435.607	438.620
IRRF a Recolher	1.558.837	1.917.123
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	144.548	157.826
Juros a Pagar	10.551	13.382
Multas a pagar	29.930	35.456
Parcelamento de Impostos	169.011	190.132
TOTAIS	2.348.484	2.752.539

O saldo do IRRF a recolher apresentado em 31.12.2016 se refere ao imposto retido sobre os salários de funcionários e sobre serviços prestados de terceiros.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

CURTO PRAZO	2016	2015
Água a Pagar	1.115.972	768.354
Energia Elétrica a Pagar	1.211.016	1.481.111
Telefone a Pagar	30.199	26.014
Empréstimo Material Hospitalar	188.229	609.433
Trat. Odontológico - Funcionários	47.229	42.247
Aluguéis a Pagar	8.406	12.921
Adiantamento de Clientes		9.610
Empréstimo Consignado Caixa Econômica	132.477	238.857
Cheque Devolvido	422.134	367.190
Nefromais (Reforma)	584.722	284.825
Valores a Classificar	80.916	59.369
TOTAIS	3.821.300	3.899.931

LONGO PRAZO	2016	2015
Outras Contas a Pagar - HIML	2.234.125	1.823.934
Outras Contas a Pagar - HEC	9.266	9.551
Outras Contas a Pagar - HRP	4.164	7.793
Outras Contas a Pagar - UPA ND	25.707	68.898
Nefromais (Reforma)	235.903	674.627
	2.509.165	2.584.803

17. ASPECTOS FISCAIS

A Fundação dispõe de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde concedida às pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos através da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tal certificação concede a entidade e a isenção do pagamento de contribuições para seguridade social tratadas nos artigos 22 e 23 da lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, no que se refere à parte patronal. No exercício de 2016 a Entidade foi beneficiada com isenção do pagamento da contribuição do INSS Patronal no montante de R\$ 22.067.475.

A Fundação possui também isenção tributária do imposto de renda e contribuição social, conforme disposto no art. 12 da Lei 9.532/97.

18. CONTINGENCIAS JUDICIAIS

O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, a Fundação, através de seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos civis e trabalhistas, classificando-os como prováveis possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Portanto, o montante total de estimativas consideradas **POSSÍVEIS** em relação aos processos civis foi de R\$ 3.879.148,26, em relação aos processos trabalhistas as **POSSÍVEIS** montam de R\$ 5.284.087,52.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2016	2015
Patrimônio Social	24.021	24.021
Ajustes de Exercícios Anteriores		-141.614
Ajustes de Valor Patrimonial	49.729.754	49.729.754
Resultados acumulados de Exercícios Anteriores	-20.375.926	-17.568.327
Superávit/Déficit do Período	66.081	-2.665.986
TOTAIS	29.443.930	29.377.848

Patrimônio Social

O Patrimônio Social da entidade está formado pelos valores investidos inicialmente, conforme Escritura de constituição lavrada no 1º Ofício de Notas da Comarca do Recife, em 14 de março de 1946, pela reforma realizada por instrumento particular consoante deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 04 de agosto de 2001.

Ajuste de valor patrimonial

Os imóveis da entidade em vista da defasagem dos registros na contabilidade frente ao crescimento imobiliário da região, entendeu-se como necessário a avaliação.

Foi reconhecido os efeitos do custo atribuído, no exercício de 2014, com base em relatório de avaliação elaborado em conformidade com o ICPC 10 relacionado ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27.

Esse trabalho foi realizado por profissional habilitado, engenheiro, e foram aplicados procedimentos com base em dados coletados no mercado, em estudos técnicos, além de informações fornecidas por representantes da Fundação.

Déficit Acumulado e Superávit do Período

A Fundação vem acumulando déficits que refletem negativamente no seu patrimônio social, porém em 2015 foi posto em prática um planejamento estratégico elaborado pela diretoria, enfatizando o aumento da receita e principalmente a diminuição de custos sem afetar a prestação do serviço, o que resultou em uma diminuição do valor do déficit no ano na ordem de R\$ 4.225.061. Em 2016 o planejamento ficou mais intensivo no aumento das receitas e no controle dos custos gerando um superávit de R\$ 66.081.

20. RECEITA LÍQUIDA

	2016	2015
Receita com Pacientes Particulares	1.452.010	1.680.878
Receitas de Convênios	3.549.110	511.384
Receita com Paciente SUS	27.360.185	25.712.571
Receita com Hemodiálise	5.367.683	2.948.814
Receitas com UTI	7.902.710	8.819.371
Receitas com UPA(a)	43.007.856	35.780.072
Receitas Hospital Palmares(a)	41.490.568	43.840.968
Receitas Hospital Nazaré(a)	19.553.714	18.509.073
Residência Médica	588.000	588.000
Preceptoria UNICAP	199.534	
Voluntário SAHIMA(b)	88.267	89.339
Doações	1.344.647	2.477.084
Subvenções	23.854	23.854
Glosas	43.280	-9.894
TOTAL	151.884.858	140.971.514

(a) Contratos de Gestão.

A Entidade firmou durante o exercício de 2010 um contrato de parceria com a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Caxangá e em 2011 com a UPA Nova Descoberta, os Hospitais Ermírio Coutinho e Regional de Palmares Dr. Silvio Magalhães, para a gestão, operacionalização e

execução das ações e serviços de saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, vigentes ainda em 2016.

Os recebimentos e os gastos realizados com os recursos provenientes destes contratos não geram benefícios econômicos para a Fundação, tais valores apenas transitam pelo resultado em regime de compensação, sem gerar nenhum efeito superavitário ou deficitário, conforme Resolução CFC N° 1.305/10, que trata do reconhecimento de Receita.

(b) Trabalho voluntário

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades.

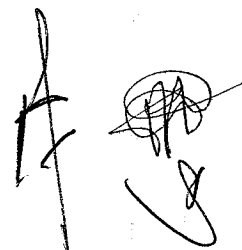
21. CUSTOS HOSPITALARES

	2016	2015
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	87.884.715	92.412.816
Despesa com Pessoal Serviço de Terceiros	10.678.966	5.979.868
Materiais Medicamentos e Similares	17.629.852	17.087.610
TOTAL	116.193.533	115.480.294

No ano de 2016, ficou bem evidenciado o planejamento estratégico elaborado pela diretoria, onde vimos um crescimento nas Receitas de 8% (item 20) e nos Custos Hospitalares de apenas 1%.

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Serviços Diversos Pessoa Jurídica	15.118.587	13.300.347
Serviços Diversos Pessoa Física	1.545.871	1.438.669
Alugueis	648.659	952.692
Energia	2.467.488	2.276.806
Água	484.860	325.505
Telefone	203.186	244.542
Depreciação	1.384.374	1.327.460
Outras Despesas	316.083	174.132
Gestão HIML	5.136.632	1.955.569
Gestão UPA ND	116.007	3.977.085
Gestão UPA CX	6.301.337	
TOTAL	33.723.084	25.972.807



23. RECEITAS DIVERSAS

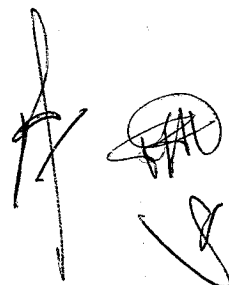
	2016	2015
Aluguéis	766.451	563.361
Recuperação de Despesa	697.607	760.691
Estacionamento	220.644	199.424
Venda Doação Receita Federal do Brasil	705.910	
Outras Receitas Diversas	3.118	109.203
TOTAL	2.393.730	1.632.679

24. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto No. 8.242/14 e artigo 9o., item 1, "c", da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Produção Internações (AIH)

mês	AIH SUS		
	Contratualização	Produção	Desempenho %
jan/16	698	410	59%
fev/16	698	432	62%
mar/16	698	469	67%
abr/16	698	488	70%
mai/16	698	490	70%
jun/16	698	484	69%
jul/16	698	468	67%
ago/16	698	512	73%
set/16	698	507	73%
out/16	698	471	67%
nov/16	698	540	77%
dez/16	698	478	68%
Total	8376	5.749	69%
Média	698	479	69%




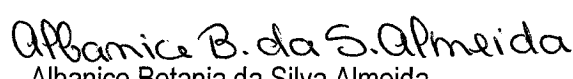
Produção Ambulatorial (SIA)

Mês	AMB SUS		
	Contratualização	Produção	Desempenho %
jan/16	36.841	23.695	64%
fev/16	36.841	22.145	60%
mar/16	36.841	24.917	68%
abr/16	36.841	24.677	67%
mai/16	36.841	22.948	62%
jun/16	36.841	24.824	67%
jul/16	36.841	25.090	68%
ago/16	36.841	27.223	74%
set/16	36.841	25.142	68%
out/16	36.841	24.795	67%
nov/16	36.841	23.529	64%
dez/16	36.841	25.200	68%
Total	442.092	294.185	67%
Média	36.841	24.515	67%

Recife, 31 de dezembro de 2016.


 Arnaldo José Almeida Gonçalves de Oliveira
 Presidente


 Rita Alves Duarte
 Tesoureira


 Albanice Betania da Silva Almeida
 Contadora
 CRC-PE 013338/O-1